



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 15, n. 5, art. 8, p. 147-168, set./out. 2018

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2018.15.5.8>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Pobres Urbanos na Cidade sob o Signo da Segregação Socioespacial

Urban Poors in the City Under the Sign of Socio-Space Segregation

Leandro Gomes Reis Lopes

Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí
Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí
Psicólogo na Prefeitura Municipal de Teresina
leandrogrlopes@gmail.com

João Paulo Sales Macedo

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Professor da Universidade Federal do Piauí
jpmacedo@ufpi.edu.br

Endereço: Leandro Gomes Reis Lopes

Rua Major Manoel Lopes, 1714, Morada do Sol, CEP:
64056-363, Teresina-PI, Brasil.

Endereço: João Paulo Sales Macedo

Avenida Universidade Federal do Piauí, Campus
Ministro Reis Velloso, Departamento de Psicologia. Av.
São Sebastião, 2819, Reis Veloso. CEP: 64202-020,
Parnaíba, PI, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 21/06/2018. Última versão
recebida em 26/06/2018. Aprovado em 27/04/2018.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Propomos neste artigo analisar os diversos momentos da segregação socioespacial na cidade de Teresina, apontando para os diversos efeitos no modo de vida de seus moradores, especialmente dos pobres urbanos. Para tanto, foi realizado levantamento na literatura acerca de estudos que retrataram a urbanização da cidade em seus diversos momentos históricos. Foi constatado que a segregação socioespacial atravessou a construção da cidade, desde sua fundação, quando foi realizada uma diferenciação do espaço para ser apropriada de acordo com a renda. Num segundo momento, o projeto modernizador implantado na cidade, foi fortalecendo o processo em curso. E, por fim, a construção de conjuntos habitacionais pelo Estado e da indução da Zona Leste como espaço elitizado tem reforçado a segregação socioespacial. Constatou-se que as diversas configurações variavam de acordo com a particularidade de cada contexto histórico. E que a localização dos pobres urbanos em locais com baixa densidade de equipamentos e serviços coletivos repercute na sua forma de habitar a cidade.

Palavras-chaves: Cidade. Segregação Socioespacial. Pobres Urbanos.

ABSTRACT

We propose in this article to analyze different periods of socio-spatial segregation in the city of Teresina, pointing to the different effects on the lifestyles of its residents, especially the urban poor. For this purpose, a bibliographical research was carried out in studies that portrayed the urbanization of the city in its different historical moments. It was verified that the socio-spatial segregation went through the construction of the city, even from its foundation, when a space differentiation was made to be appropriated according to income. In a second moment, the project of modernization implanted in the city was strengthening the process in progress. And finally, the construction of housing estates by the State and the induction of the East Zone as an elitist space has reinforced socio-spatial segregation. It was observed that the different configurations varied according to the particularity of each historical context. Besides that, the location of the urban poor in places with low density of equipment and collective services has repercussions on their way of inhabiting the city.

Key words: City. Socio-Spatial Segregation. Teresina. Urban Pooors.

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais inerentes às sociedades capitalistas espacializam-se de maneira concentrada na cidade, de forma que o solo urbano apresentará diferentes usos e ocupações, apropriados de distintas maneiras pelos seus moradores. A localização e o usufruto dos benefícios urbanos variam de acordo com os recursos dos indivíduos ou camada social a que pertencem, num processo denominado de segregação socioespacial. Com efeito, as elites urbanas terão maior acesso à riqueza socialmente produzida, possibilitando melhores condições materiais e concretas para sua reprodução social, enquanto os pobres terão as satisfações de suas necessidades de forma precária.

De acordo com Silva (1989), a simples localização dos sujeitos no espaço urbano é determinante na exclusão ou inclusão social do sujeito, sendo considerada como uma porta de acesso aos serviços urbanos que, dependendo poderá se restringir. O modelo de urbanização brasileira, que foi ordenado pela lógica do capital, tem afastado os pobres cada vez mais para as periferias da cidade ou espaço com baixa densidade de equipamentos e serviços públicos, portanto, distantes dos locais de trabalho.

O espaço urbano vem sendo investigado por diversos campos do saber, tendo como um dos eixos de análise o processo de segregação socioespacial. Tais estudos apontam para o desdobramento das relações sociais capitalistas na materialidade da cidade, expressas no ambiente físico construído, como um instrumento de poder utilizado pelas camadas de renda mais alta para continuar a dominar a produção do espaço de acordo com seus interesses, e não apenas separação entre as classes no espaço urbano. Como os investimentos públicos são concentrados de acordo com os interesses da elite, morar num espaço segregado significa ter acessos diferenciados à infraestrutura urbana e às políticas públicas, aumentando as diferenças sociais (NEGRI, 2008).

Para Vasconcelos (2004), a prática de segregação é antiga, destacando a existência de um gueto judeu na Roma do Século XVI, como exemplo. Mas o conceito de segregação, por sua vez, apareceu na década de 1920, por meio dos estudos sociológicos da Escola de Chicago, numa perspectiva da Ecologia Humana, na qual ele estaria relacionado com aspectos como língua, cultura e raça. Vieira e Melazzo (2003) destacam que tais pensadores compreendiam a segregação como um processo natural da urbanização, no qual os indivíduos escolheriam a melhor opção de morar de acordo com sua liberdade individual. Posteriormente, autores de perspectiva marxista, a exemplo de Harvey (1980),

“desnaturalizaram” a questão inserindo-a como um produto de relações sociais contraditórias, cujo efeito é um acesso diferenciado à cidade e aos benefícios urbanos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Carlos (2013), segregação socioespacial é uma expressão da contradição da produção do espaço urbano na sociedade capitalista. Num contexto em que o valor de troca se impõe sobre o valor de uso da cidade, os sujeitos que nela habitam se apropriarão de forma diferente do espaço urbano. O mercado imobiliário é um agente importante nesse processo, na medida em que diferencia e hierarquiza lugares, delimitando formas de acesso ao espaço urbano de acordo com a renda.

Não se trata, contudo, de uma mera questão espacial, uma vez que ela apresenta desdobramentos em outros aspectos referentes à vida na cidade. Pagani, Alves e Cordeiro (2015) ressaltam que a segregação socioespacial promove um aumento de distâncias, encarecimentos do custo de vida para os moradores, oneração dos cofres públicos para a construção de equipamentos e serviços públicos e até estigma sobre a população. Corrêa (2013), por sua vez, destaca aspectos subjetivos que o acesso diferenciado aos recursos da vida promove em termos de expectativa e hábitos de vida, ou seja, uma reprodução social também diferenciada.

Apesar de o Brasil não apresentar formas de segregação nos moldes americanos, Vasconcelos (2004) afirma que a transição do trabalho escravo para o assalariado, quando os senhores deixam de se responsabilizar pela habitação, provocou alterações nas localizações de moradias dos recém libertos. Com as limitações do Estado em assistir algumas das necessidades desse contingente populacional, os trabalhadores irão construir suas casas onde é possível, a partir de seus poucos recursos ocupando, principalmente, cortiços nas áreas centrais, ou loteamentos populares localizado em áreas periféricas e precárias.

Voltando-nos para a realidade que será objeto desta investigação, que é a da cidade de Teresina, observa-se que vários estudos já foram realizados, enfocando aspectos da produção do espaço urbano da capital piauiense. Dessas investigações que tiveram como foco de análise a segregação socioespacial, o recorte temporal tem sua base na década de 1960 com a implantação de grandes conjuntos habitacionais por um lado, como destacam trabalhos como o de Façanha (1998), Lima (2003, 2010), Monte (2017), Nascimento e Monte (2009) e Sousa (2015). Por outro lado, houve pesquisas mostrando a segregação a partir da produção de um espaço voltado para as elites como o surgimento da Zona Leste, com seus processos de

verticalização e construção de condomínios horizontais fechados (ABREU, 1983; CARVALHO; FAÇANHA, 2015; COSTA; VIEIRA; VIANA, 2016; SILVA, LOPES; MONTEIRO, 2015; VIANA, 2005).

No entanto, estudos do campo historiográfico apresentam elementos importantes para pensar o fenômeno da segregação socioespacial, mesmo que não tenham abordado diretamente a questão (BRAZ; SILVA, 2012; FONTINELES, 2015; NASCIMENTO, 2015; VILHENA, 2016). Tais estudos apontam para uma diferenciação socioespacial pelo qual seriam localizados grupos sociais distintos por meio de critério de renda ou classe social. Mostram também um direcionamento de investimentos estatais voltados para uma parcela da população.

Dessa forma propomos refletir sobre a segregação socioespacial em Teresina não como um fenômeno surgido na segunda metade do século XX, mas cuja história remete à própria fundação da cidade. Com efeito, o que se tem observado atualmente seriam atualizações ou novas expressões, em decorrência das mudanças sofridas pelos contextos sócios históricos. Por seu turno, as transformações na cidade modificam a própria experiência urbana dos sujeitos que nela habitam, apontando para uma estreita relação entre produção do espaço e da subjetividade. A partir da cidade vivida e apropriada são produzidos distintos modos de conceber e sentir a própria cidade, com outros modos de vida, padrões de sociabilidade, representações e emoções (NOGUEIRA, 2009). Dessa forma, a existência de espaços desiguais possibilita condições para diferentes modos de viver a cidade.

Neste sentido, este artigo discute a lógica segregacionista de uma cidade que busca circunscrever os pobres em determinados espaços da cidade, com desdobramentos nos seus modos de vida daí decorrente. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica relativa à cidade de Teresina, em diversos campos disciplinares, tais como Geografia, História, Serviço Social e Urbanismo, visando compreendê-lo na sua complexidade. Essa pesquisa buscou captar elementos acerca da construção do espaço urbano da capital do Piauí, dividido em três eixos de análise, cada qual com um período histórico específico e forças sociais distintas que atuaram na conformação da segregação socioespacial de Teresina, apontando suas implicações para os pobres urbanos.

Este artigo está dividido em três blocos de discussão. A primeira parte remete para a própria fundação da cidade em 1852. Para concretizar a transferência de capital de Oeiras para Teresina, o espaço urbano da cidade planejada e desejada foi repartido, ficando uma parte valorizada socialmente destinada para as pessoas que apoiaram o projeto do jovem presidente da província do Piauí, na época. Dessa forma pode-se dizer que, antes mesmo de ser

construída, Teresina já havia separado os melhores terrenos, os estariam mais próximos ao núcleo central e administrativo da cidade, para a parte da população que tinham bastante recursos: os ricos fazendeiros e grandes proprietários. Depreende-se, portanto, que aos pobres urbanos coube fixar suas residências em locais mais distantes do centro urbano.

Outro aspecto que ressalta a segregação socioespacial da cidade foi a instauração do projeto modernizador, que excluiu os pobres urbanos das áreas centrais ou consideradas nobres. No desejo de implantar uma cidade urbanizada, moderna e bonita aos olhos dos transeuntes não foram poupados esforços para afastar as casas com cobertura de palha da paisagem urbana, muito como no Nordeste deste período. Além disso, apresentou-se uma particularidade da estratégia utilizada pela elite teresinense de excluir os pobres urbanos de seu espaço de convivência, reduzindo as relações sociais entre classes distintas: os incêndios criminosos. Tal prática marcou o imaginário de sua população, especialmente daqueles mais afetados por ela.

Por fim, destaca-se a contradição de um processo em curso na contemporaneidade. Ao mesmo tempo em que a cidade cresce com a verticalização ou com a construção de condomínio horizontais fechados, voltados para as elites urbanas, são construídos conjuntos habitacionais de interesse social em áreas com pouco valor para o capital. Dito de outra forma, são construídos espaços diferenciados voltados para camadas sociais distintas, a despeito de legislações vigentes que garantem a função social da terra.

Tais diferenças, por seu turno, apresentam-se como desigualdades, ampliando a questão social. A dispersão dos pobres urbanos em áreas cada vez mais periféricas é acompanhada da concentração de investimentos públicos e privados em áreas voltadas para a apropriação das elites. Assim, a partir da perspectiva do espaço urbano, pode ser questionado o mito da igualdade de oportunidades dentro das sociedades capitalistas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Teresina: uma cidade criada sob o signo da exclusão

Teresina foi a primeira cidade brasileira planejada e construída para abrigar o poder político-administrativo de uma capital, antecedendo às experiências nacionalmente conhecidas de Belo Horizonte e Brasília, pois foi realizada ainda no período Imperial, mais precisamente em 1852 (CARVALHO; FAÇANHA, 2015). Ela foi edificada sob o imaginário e promessa de civilização e dinamização da economia provincial, tendo como eixo a

navegação do Rio Parnaíba e construção de obras públicas. Apresentava-se, portanto, como uma estratégia para a política e desenvolvimento do Piauí, cuja economia estava estagnada (VILHENA, 2016).

Dessa forma, Teresina foi planejada e construída sob o signo da capitalidade que deveria dispor de edifícios adequados para o funcionamento da máquina pública e abrigar seus moradores: desde aqueles que já moravam na Vila do Poti como os funcionários públicos e suas famílias que viriam de Oeiras, primeira capital da província do Piauí, localizada no sul do Estado (BRAZ; SILVA, 2012).

A discussão para transferir a capital do Piauí inicia-se no final do século XVIII ,havendo sido indicados algumas outras cidades do estado como alternativas. A proposta do Antônio Saraiva, presidente da Província na época, de mudança para Teresina, encontrou uma barreira. O Estado só financiaria a construção da igreja matriz, não havendo recursos para a construção dos prédios públicos necessários para compor a administração da província. Para assegurar a concretização da transferência, Saraiva buscou recursos juntos aos grandes proprietários da região da Vila do Poti, para que pudessem investir no projeto, alterando assim, o plano urbano da cidade. A distribuição espacial de Teresina foi, deste modo, concretizada por meio de barganha política no momento da edificação da Igreja Matriz, a partir da qual a cidade seria construída na forma de tabuleiro de xadrez. Nesta oportunidade foi ampliado um quarteirão à área em torno da praça central, um espaço considerado privilegiado, para que os quarteirões próximos à igreja e ao centro administrativo ficassem ocupados por quem apoiava o projeto de Antônio Saraiva de transferência de capital de Oeiras para Teresina (VILHENA, 2016).

Brás e Silva (2012) destaca que a praça Marechal Deodoro da Fonseca se diferencia do modelo português, como uma forma de atender as particularidades locais. Ao invés de quadrada, a praça apresenta-se retangularmente e com maior dimensão, equivalendo à três quarteirões da malha urbana. Tratava-se de uma alteração do próprio Saraiva, prevendo a construção das “grandes casas” nestes espaços. Os setenta primeiros quarteirões construídos foram cedidos para o mesmo de número de famílias para a construção de moradias unifamiliar, onde poderiam ser cultivadas plantas frutíferas e criados animais. De acordo com as palavras da autora:

Seu discurso[Presidente Saraiva] evidencia um jogo de interesses e uma estratégia inteligente. Tendo em vista que a Praça Deodoro seria a área mais importante de Teresina, porque ao seu redor se concentrariam os poderes locais, o presidente da província deduzia que um número maior de quarteirões ao redor da praça significava mais notáveis instalados na principal área da cidade, o que agradaria aos

proeminentes da Vila do Poti, os quais custearam as despesas da transferência da capital, além de arregimentar mais pessoas interessadas em investir na região para facilitar o processo de consolidação da nova capital. (BRAZ; SILVA, 2012 p.227).

Dessa forma, percebe-se que o próprio planejamento da cidade de Teresina ocorreu sob o signo da segregação, cujo principal objetivo era assegurar a transferência da capital. Embora não seja possível afirmar a existência de um projeto claramente delineado a partir da fragmentação desigual da cidade, pode-se afirmar que a instauração desta racionalidade urbana, típica das sociedades capitalistas, promoveu a segregação socioespacial como um de seus desdobramentos. E, como se verá a seguir, não foram realizados esforços no sentido de equacioná-la. Pelo contrário, a produção do solo urbano teresinense tendeu a ampliar a forma desigual de apropriação da cidade.

Existe outro aspecto que merece destaque nesta discussão. Apesar de não focalizar sobre os processos de segregação socioespacial no momento de sua fundação, a literatura analisada apenas tangencia a questão, ao abordar sobre a localização de espaços destinados em áreas privilegiadas para os grandes fazendeiros da época. É interessante destacar que a localização dos pobres não é sequer problematizada nas pesquisas analisadas, de forma que um aprofundamento nesta questão poderia indicar mediações interessantes para compreender os modos de viver e sentir Teresina nos seus primórdios sob a ótica das classes populares e trabalhadora. Nota-se, portanto, que os pobres urbanos são invisibilizados dos discursos acadêmicos relativos a esse período.

3.2 Projeto modernizador e moradia popular

Nesta seção será abordado o processo de segregação socioespacial acontecido em Teresina, em decorrência da implantação do projeto modernizador que, de forma autoritária e truculenta criou estratégias para eliminar os pobres urbanos das áreas centrais da cidade. Tais propostas tinham como objetivo transformar as características coloniais e rurais de Teresina, com sinais urbanos, típicos das metrópoles europeias, tal como ocorreu em São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, por exemplo.

Os sinais de modernização da cidade surgiram paulatinamente na primeira metade do século XX, mudando sua paisagem urbana, expressa na arquitetura de seus prédios ou na chegada dos transportes coletivos. Neste momento, foram realizadas intervenções urbanas na Avenida Frei Serafim, considerada como “avenida dos sonhos”, na forma de calçamento e arborização. Além disso, foi criada uma legislação instituindo a obrigatoriedade de edificação

de casas de dois pavimentos com a possibilidade de remoção das casas com cobertura de palhas, comuns na cidade. Com Base na ideia de progresso e modernização, surgiram discursos de que esse tipo de cobertura das casas atrapalhariam o processo em marcha, pois prejudicavam o traçado das ruas, ao mesmo tempo em que deixavam as edificações mais feias. Neste contexto existiram incêndios criminosos nas casas com palhas, cuja autoria permaneceu um mistério para a Justiça (NASCIMENTO, 2015).

Negri (2008) chama atenção para os processos de embelezamento das cidades e ocultamento da pobreza ocorrido no Brasil a partir do final do século XIX, por meio da legalização do mercado imobiliário ou implantação de projetos de paisagismo e saneamento ambiental. Ao abordar o caráter segregador que o projeto modernizador introduz ao excluir o pobre, o feio e o atrasado, Nascimento Neto (2015, p.160) destaca a postura autoritária do Estado em decorrência do seu objetivo de ocultar a pobreza do convívio “burguês”, como um importante indutor desse processo.

O Código de Postura do Município de Teresina de 1939, figura como um exemplo desse processo, ao estabelecer que as “casas populares” deviam ser construídas na área suburbana da cidade, ou seja, em locais onde não são ofertados quaisquer tipos de serviços. Dessa forma, o próprio código demarca uma separação no espaço urbano da cidade com o objetivo de afastar os pobres do seu centro (NASCIMENTO, 2015).

Os incêndios das casas de palhas, por sua vez, não surgiram nesta época, pois há registros deles ainda na primeira década de sua fundação. No entanto, eles ficaram mais frequentes na década de 1930, sendo o ápice na década de 1940. Inicialmente, os moradores foram responsabilizados por um ato de negligência. Em decorrência da intensidade e algumas características, a polícia passou a admitir a origem criminosa dos incêndios. Apesar de alguns moradores pobres terem sido presos nunca foi desvendado a autoria intelectual dos incêndios criminosos, havendo suspeitas de autoridades e políticos influentes da época (NASCIMENTO, 2015). Depreende-se daí o olhar criminalizador do Estado em relação à pobreza que ao culpar inicialmente, os pobres pelos incêndios em suas próprias casas, mesmo que isto implicasse perda da moradia.

De acordo com Nascimento (2015) os incêndios criminosos têm uma relação com a implantação do projeto modernizador e de embelezamento da capital, cujo efeito foi reforçar o processo de segregação na cidade. Este autor ressalta:

Contudo tem-se a convicção de que os incêndios tiveram papel relevante no processo de limpeza das áreas mais próximas ao centro, pois obrigaram os

proprietários de casa de palha, e que não podiam cobri-las de telha, a se afastarem daquela área ou então ir embora da cidade. Atitudes como essas terminaram auxiliando os poderes públicos com a idéia de ‘embelezamento urbano’ (NASCIMENTO, 2015, p.331).

O processo de modernização marcou, também, os moradores das casas de taipa na segunda metade do século XX, mais particularmente durante a década de 1970. Monte (2017) afirma que se buscou construir uma nova feição urbanística à cidade, mesmo que isso representasse extirpar os mendigos que circulavam nas principais ruas e praças, como também as casas de taipas, conforme foi denunciado nos jornais da época, pois eram consideradas como um empecilho na implantação do projeto modernizador e de embelezamento da capital. Problemática, ainda, a intervenção do poder público na normatização e disciplinamento do espaço urbano, que foi ocupado de forma irregular pelas camadas mais pobres da população. Se por um lado procurou-se em dotar a cidade de aparelhos urbanos modernos e implantação de um sistema viário para facilitar o tráfego, por outro lado, buscou afastar os pobres para as periferias, pois suas práticas e vivências eram consideradas indesejadas pela elite local, deixando marcas profundas nos moradores remanejados.

Algumas favelas foram erguidas nas áreas consideradas nobres de Teresina, causando insatisfação nas elites que procuravam os meios de comunicação locais para cobrar intervenção do poder público. Neste contexto, foi realizada uma espécie de “higienização social” pela Prefeitura de Teresina, por meio de uma operação denominada de Projeto João de Barro, com o objetivo de cadastrar famílias que moravam de forma irregular ou precária e fazer o deslocamento para outras áreas da cidade. Apesar do discurso de proteção e assistência, era nítido o interesse do Estado de acabar com as favelas, tidas como obstáculo do desenvolvimento, abrindo caminho para valorização e especulação imobiliária. Esta intervenção de organização social e espacial da cidade promoveu a segregação, separando pessoas (SOUSA, 2015).

Por esse aspecto, Lima (2003) ressalta a particularidade de uma favela localizada na Zona Leste de Teresina pois, ao mesmo tempo em que ela desfruta dos benefícios da urbanização (infraestrutura, equipamentos e serviços coletivos), em decorrência da proximidade com as moradias de elevado padrão econômico, sofre com as diferenças culturais e socioeconômicas. A simples proximidade não garante a integração, pois pode vir acompanhada de preconceito e estigma. Aliás, esta condição peculiar aumenta a incerteza e insegurança quanto à permanência no local, temendo remanejamentos a qualquer momento. Trata-se, portanto, de uma segregação mais sutil, mas não menos perversa, pois o fato de morar numa área com fortes interesses imobiliários expõe os moradores à especulação urbana.

Quando a terra estiver supervalorizada serão mais visados para uma política de remoção do que aqueles que já moram em áreas afastadas, tal como aconteceu em outros momentos na história da cidade.

A segunda metade da década de 1970, por sua vez, foi marcada por forte retração dos investimentos federais, reduzindo recursos para as obras de infraestrutura e embelezamento da cidade. Foi priorizada a construção de moradias por meio da construção de grandes conjuntos habitacionais. Era notável o aumento do desemprego, empobrecimento da população e a quantidade significativa de favelas que surgiam nos diversos bairros da cidade (MONTE, 2017). A seguir será aprofundada a discussão sobre os efeitos da implementação de conjuntos habitacionais populares e do processo mais recente de verticalização na produção do espaço urbano teresinense.

3.3 Dupla lógica segregacionista na segregação do espaço urbano de Teresina

A produção do espaço urbano é realizada por meio da atuação de diversos agentes sociais que se utilizam de estratégias variadas, podendo haver conflitos de interesses entre si, como entre os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos, por exemplo (CORRÊA, 2002). Apesar de possuírem lógicas distintas de intervenção, eles podem atuar em conformidade na concretização de um mesmo processo. A seguir será apresentado a atuação do Estado, de um lado e dos promotores imobiliário e proprietários fundiários de outro, na produção da segregação socioespacial em Teresina.

Na década de 1950 o Brasil vivenciava um ideário desenvolvimentista em nível Federal, realizando volumosos investimentos na abertura de rodovias e instalação dos meios de comunicação, na perspectiva da integração nacional. Essas mudanças no cenário regional e federal repercutiram no Piauí, através da expansão da rede de serviços e das exigências em relação à modernização da burocracia estatal (LIMA, 2010).

A partir da década de 1960, verifica-se em Teresina um intenso fluxo migratório vindo de outros municípios do Piauí e de estados vizinhos, em decorrência dos problemas vivenciados no campo e dos investimentos governamentais em infraestrutura nas cidades, amplificando a questão urbana. A migração aconteceria quando o sujeito não visualiza mais uma saída no campo devido às difíceis condições de sobrevivência e /ou a possibilidade de mudar de vida, pelo que o urbano lhe apresenta como opção, seja em relação ao trabalho, escolarização ou benefícios urbanos (LIMA, 2003).

Nos anos 1970, Teresina recebeu diversos investimentos nacionais com o objetivo de implementar o modelo de desenvolvimento vigente durante a ditadura civil-militar. O crescimento econômico impulsionou a implantação de infraestrutura e a criação de símbolos modernizadores do poder público expresso em reformas de seus prédios. Tais intervenções ganharam destaque na mídia local, expondo a capital como um lugar acolhedor e de oportunidades, atraindo significativo contingente de pessoas, de forma que, na década seguinte, cerca de 43% de sua população era originária de outras cidades (MONTE, 2017)

Dessa forma, a configuração urbana de Teresina mudou, de maneira heterogênea na cidade. Os investimentos em infraestrutura e urbanização de bairros e favelas não chegaram aos grandes contingentes populacionais que, em sua maioria, via aprofundar a pobreza e condições de vida precárias a que estavam submetidos. Lima (2003) destaca que a expansão da capital foi marcada pela exclusão e segregação das populações pobres, pois não seguiu um critério de organização do espaço.

Na busca por inserirem-se na cidade e com poucos recursos, os migrantes foram construindo seus barracos em terrenos ociosos na proximidade da região central de maneira irregular, de forma que os pobres foram responsáveis pelo processo de expansão espacial da cidade (MONTE, 2017). A condição de precariedade a que estavam submetidos, é enfatizada por Nascimento Neto (2015), quando afirma que, na maioria das vezes, os espaços ocupados não apresentavam estrutura adequada, ao mesmo tempo em que o poder público não mostrava interesse em investir, pelo fato de localizarem ali moradias populares.

Diante da segregação urbana e desigualdade social vivenciada nas médias e grandes cidades brasileiras, a moradia tornou-se principal reivindicação dos movimentos sociais urbanos. As condições de vida da classe trabalhadora e ausência de uma política habitacional para além de ações localizadas e imediatistas ampliaram a questão, aumentando as ocupações do solo urbano (RODRIGUES; LIMA, 2007). Lima (2003) destaca que o surgimento de vilas e favelas não está relacionado apenas à questão da intensificação das migrações, mas também como o aumento do desemprego e do poder aquisitivo da população. As ocupações, portanto, são estratégias de inserção na cidade e da afirmação do direito à habitação. No entanto, elas não são realizadas em qualquer espaço da cidade, alojando-se em áreas alagadiças ou de topografia não adequada para moradia.

Por sua vez, as intervenções estatais têm contribuído para o acirramento dos conflitos urbanos e aumento das desigualdades e pobreza urbanas, pois estão mais vinculados ao atendimento do mercado do que aos interesses sociais. Não era realizado o enfrentamento da questão fundiária, ampliando a especulação imobiliária e segregação socioespacial, cuja maior

consequência é sentida pela população pobre. As ações do poder público são concentradas em determinadas áreas, atendendo aos interesses do capital imobiliário e das classes média e alta, em detrimento da maioria da população. Os trabalhadores com inserção precária e instável no mercado formal de trabalho e agora do mercado habitacional, procuram as periferias com baixo acesso aos benefícios de urbanização como estratégia de sobrevivência na cidade (LIMA, 2007).

Lima (2010) afirma que a implantação de vários conjuntos habitacionais em Teresina ocorreu de forma dispersa nas três zonas que existia até então, pois não teria sido realizada de acordo com critérios de organização espacial. A questão habitacional neste contexto é influenciada pela dinâmica de apropriação/expropriação do solo urbano. De acordo com as palavras da autora,

A lógica do processo de apropriação produziu, de um lado áreas vazias, sujeitas à intensa especulação imobiliária e, de outro, áreas densamente ocupadas, desprovidas dos serviços urbanos, revelando uma distribuição desigual dos benefícios, situação que se reproduz cotidianamente (...) Esse conjunto de fatores obrigou muitas famílias a se deslocarem para outras regiões da cidade, a constituírem favelas em áreas centrais e urbanizadas ou a habitarem lugares distantes da rede de serviços urbanos (LIMA, 2010, p.144).

Espindola, Carneiro e Façanha (2017) reforçam esta argumentação, afirmando que Teresina adotou, desde a década de 1970, um modelo de política pública que constrói pequenas moradias voltados para população de baixa-renda em áreas distantes e dispersas. Com efeito, o perímetro urbano da capital é bastante extenso com significativos espaços intraurbanos vazios, ao mesmo tempo em que os mais pobres moram em áreas conectada de forma precária com o núcleo da cidade. Esse modelo, por sua vez, promove problemas de infraestrutura nas periferias, devido ao alto custo dos serviços urbanos, e outros como violência e segregação. Uma política eficaz de regularização fundiária e de ocupação dos vazios urbanos promoveria melhor qualidade de vida aos cidadãos como melhor aproveitamento do valor de uso do solo urbano.

Neste sentido, Monte (2017) ressalta como a forma que a implantação de uma política pública de habitação é capaz de onerar os cofres públicos na provisão de infraestrutura e equipamentos públicos. Cita, como exemplo, a construção do bairro “Parque Piauí” que, na época, distava 3 km do perímetro urbano, deixando nesse entre espaço alguns vazios urbanos. Tal processo, repercutiu também no cotidiano das famílias que gastavam mais tempo e dinheiro para se deslocar no interior da cidade, deslocamento, este, quase sempre realizados

por meios de transportes públicos insuficientes para atender à demanda do bairro e adjacências.

Ainda discutindo a lógica da segregação realizada pelo Estado por meio de grandes conjuntos habitacionais, destaca-se o atual bairro “Dirceu Arcoverde”, construído com o objetivo de afastar os pobres que moravam debaixo da ponte, como também aqueles que ocupavam as áreas consideradas “nobres”, num contexto de forte especulação imobiliária. A primeira etapa do conjunto seguiu sem a preocupação de construção de espaços voltados para educação, saúde, segurança, lazer e convivência de seus moradores. Pontuaram, também que apesar de as casas possuírem banheiro, não podiam usar por falta de água. Alguns moradores acabaram se mudando para outras localidades da cidade (SOUSA, 2015).

As críticas endereçadas aos conjuntos habitacionais não eram novidades para a época. Desde o final da década de 1960 havia estudos indicando que eles não estavam em consonâncias com as reais necessidades dos moradores. Havia reclamações, por exemplo, no que tange ao tamanho da área, pois prejudicava a ventilação e arborização, como também a possibilidade de atividade produtiva no quintal dos terrenos. Ressalta-se que a maioria dos moradores era proveniente da zona rural e mantinha esse hábito arraigado em sua rotina. Outro problema, por fim, eram as constantes ordens de despejo, uma vez que os mutuários tinham dificuldade de pagamento (MONTE, 2017).

Com efeito, percebe-se a desconsideração das necessidades dos moradores na implementação da política habitacional. Busca-se sanar o déficit habitacional apenas com critérios quantitativos, relativos ao número de unidades habitacionais a serem construídas. No entanto, aspectos como historicidade dos sujeitos, condições propícias para um desenvolvimento humano adequados, satisfação das necessidades pessoais e sociais, são fatores que potencializariam a própria eficácia e eficiência desta política, desde que levada em consideração.

Nascimento e Monte (2009) apontam para aspectos subjetivos decorrentes do deslocamento forçado, como as memórias dos moradores em relação à sua antiga casa. Relata situações que, mesmo muito tempo depois, eles relembram com forte sentimento da antiga moradia já demolida, mesmo ela sendo precária, demonstrando um elo afetivo e identidade nas lembranças narradas. Com a mudança, algumas das referências dos sujeitos eram simplesmente deixadas para trás.

A produção do espaço urbano ocorre de maneira contraditória pois, ao mesmo tempo em que era destinado espaço para os pobres urbanos, eram realizados investimentos, no

sentido de valorizar uma determinada região da cidade voltada para as classes médias e alta, a saber: a Zona Leste.

De acordo com Bueno e Lima (2015), a produção espacial urbana de Teresina foi marcada pelo recorte de renda, de forma que aqueles com maior poder aquisitivo foram se apropriando do solo com melhor infraestrutura e equipamento implantado que, inicialmente, estava localizada na região central. A segregação socioespacial na Zona Leste de Teresina não ocorreu apenas em função dos investimentos do mercado imobiliário, mas com a interferência do Estado na implantação de infraestrutura, atraindo comércio e diversos serviços para região. Percebe-se, portanto, uma continuidade na lógica segregacionista da atuação do Estado e setor privado, instaurada desde a fundação da cidade.

Até a década de 1960 a parte Leste da cidade era ocupada por chácaras, voltadas para atividades de lazer dos mais abastados e ocupadas por alguns moradores de forma irregular. A segregação residencial elitista que ocorreu neste espaço teria sido impulsionada pela construção da ponte que liga esta região ao centro da cidade e pela busca de amenidade, como um microclima mais agradável. Ainda na década de 1960, a população mais abastada começou a se deslocar para lá com o objetivo de construir casas espaçosas e longe do congestionamento urbano. Com o tempo, foram atraindo amigos e parentes dos proprietários. Num segundo momento, os grandes proprietários começaram a lotear seus terrenos a articular implantação de infraestrutura do poder público, fato que não tardou a acontecer, considerando serem pessoas com destaque na vida pública e política da cidade. Com efeito, passou a atrair pessoas do centro da cidade e migrantes com recorte de renda, tendo em vista o elevado valor dos terrenos (ABREU, 1983; FAÇANHA, 1998; MONTE, 2017).

Nas discussões em torno dos agentes sociais que produzem o espaço urbano, Corrêa (2002) afirma que em áreas bem localizadas e com amenidades físicas, os proprietários tendem a atuar como promotores imobiliários. Buscam, dessa forma, ampliar a renda da terra mediante incremento na infraestrutura, como também pela transformação das áreas rurais em urbanas. Já os proprietários de posse de terrenos mal localizados tendem a realizar loteamentos populares com precária infraestrutura, muito embora a presença posterior do Estado possa valorizá-los, inclusive os terrenos adjacentes, tal como aconteceu com a região do atual “Grande Dirceu”, discutido anteriormente. Ao realizar uma comparação entre as zonas de Teresina, Rodrigues e Veloso (2016) afirmam que a Zona Leste teve um caráter diferenciado em relação às demais. No que diz respeito à habitação, o principal agente transformador do espaço urbano foi o promotor imobiliário, ao invés do Estado. Esta área foi voltada para um público mais elitizado.

Percebe-se assim, as lógicas distintas que atuam na produção da segregação socioespacial: enquanto o Estado atuou na construção de conjuntos habitacionais voltados para a população de menor renda em áreas periféricas, em outra direção viabilizou maior investimento em áreas valorizadas, ou com o objetivo de tornar-se, visando ampliar ainda mais a renda da terra, para livre ação do setor privado. Contudo, ambos atuam na reprodução da sociedade capitalista como um todo. Ao não se utilizar dos vazios urbanos existentes na cidade, o Estado valoriza os terrenos com a implantação dos conjuntos habitacionais e sua infraestrutura. A intervenção do capital, ao aumentar o preço da terra, afasta os pobres urbanos cada vez mais desses espaços.

Costa *et al.* (2016) destacam o papel do promotor imobiliário privado na transformação do espaço urbano na medida em que reproduz seu próprio capital. Tal intervenção, no entanto, promove uma homogeneização do espaço, ao mesmo tempo que uma exclusão social e econômica, em decorrência da valorização diferencial do espaço da cidade. Os empreendimentos verticais, por exemplo, excluem aqueles que não possuem renda para morar nestes espaços considerados valorizados e privilegiados devido ao aumento do preço do solo, de forma que os pobres urbanos ali residentes terão que procurar outro local de moradia. Viana (2005) ressalta a contradição desse processo, ao afirmar que o modelo de urbanização da Zona Leste foi acompanhado da ampliação de processos de favelização, como fenômenos correlatos.

A verticalização, símbolo da modernidade, foi intensificada na Zona Leste de Teresina a partir da década de 1990 pela atuação dos promotores imobiliários, num contexto de estabilidade econômica e extinção do Banco Nacional de Habitação, adensamento populacional e o avanço tecnológico. Foi levado em consideração o fato de que se tratava de uma área valorizada econômica e socialmente, associada à infraestrutura, segurança, propaganda e condição de status social, além da desconcentração de atividades, até então restrita ao centro da cidade (CARVALHO; FAÇANHA, 2015). No entanto, teria ocorrido sem planejamento adequado, de forma que têm sido constantes os alagamentos das avenidas, no período chuvoso, em decorrência da impermeabilização do solo (SILVA; ASSIS; OLIVEIRA, 2013).

Outras formas de uso e ocupação do solo urbano que têm sido implementadas pelos promotores imobiliários são os condomínios horizontais. Para sua difusão, são acionados os atributos de segurança, bem-estar e status social pelo marketing publicitário. Tais construções vêm sendo apropriadas pelas classes média e alta, provocando modificações nas estruturas socioespaciais da cidade a partir dos anos 2000. No entanto, os condomínios horizontais têm

sido criticados por promoverem autosegregação, privatização de áreas públicas, homogeneização social, abandono dos espaços público etc. (BUENO; LIMA, 2015; SILVA, *et al.*, 2015).

É importante destacar, também, sobre a diminuição nas relações sociais entre os diferentes contidas neste processo. Castro (2012) chama atenção para esse fenômeno quando afirma que a designação de espaço e acesso aos recursos de forma diferenciada promove uma separação, ao ponto de excluir pessoas do mesmo espaço civil. Os moradores de condomínios horizontais satisfazem boa parte de suas necessidades pessoais e sociais entre pessoas de sua mesma camada social. É comum existirem áreas de lazer e pequenos comércios privativos para os moradores. Evitam, assim, contato com os pobres urbanos moradores da mesma cidade.

No que tange à segregação, é possível pontuar a importância da renda na forma de apropriação do espaço urbano e a contradição envolvida neste processo. Aqueles que possuem recursos têm a possibilidade de escolher onde morar podendo, inclusive, optar por separar-se em relação aos demais. Possuem meios para superar distâncias, ou ter acessos aos equipamentos urbanos, de forma a satisfazer suas necessidades sem comprometer sua reprodução social. Já aos pobres urbanos, a segregação é induzida por forças econômicas e apoio do Estado, cujo ônus interfere nas condições concretas de sua existência.

Ambos os processos acima citados deslocam os pobres urbanos, afastando-os cada vez mais das áreas providas de melhor infraestrutura das cidades. No entanto, isto não significa afirmar que não exista resistência. É comum visualizar nas cidades brasileiras a existência de pequenas casas nas áreas elitizadas, inclusive com material precário, com o objetivo de assegurar maior proximidade com os serviços urbanos, desde fornecimento de água e energia elétrica até melhor acesso aos serviços de saúde e educacional. Quando não possuem o título de propriedade, tornam-se alvos fáceis da Justiça, na espera da indenização para poder reconstruir sua vida em outro espaço da cidade. Caso possuam o título, podem receber propostas para a venda de seu imóvel, cujo preço nem sempre é compatível com o valor que a moradia possa ter para o sujeito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa sociedade capitalista o espaço urbano é uma mercadoria produzida sob o ditame do capital, de forma que os valores de troca se sobressaem em detrimento do seu valor de uso. Dessa forma, a produção, circulação, troca e consumo do solo urbano vai ocorrer dentro da

lógica de (re)produção da sociedade capitalista como um todo. A situação não foi diferente em Teresina, capital do Piauí.

Desde sua fundação, as áreas mais valorizadas, de acordo com o contexto da época, foram destinadas às elites locais. Nesse primeiro momento, por se tratar de uma pequena cidade, inclusive em dimensões espaciais, a segregação não tenha sido sentida de forma intensa pelos moradores. Tratava-se, aliás, de um contexto, em que os símbolos da modernização e urbanização demoraram a se materializar também para a elite, tais como serviços de abastecimento de água e iluminação pública, dada a precariedade socioeconômica da nascente capital piauiense.

À medida que o desenvolvimento urbano vai tomando lugar, a distância entre ricos e pobres se amplia, aumentando em várias dimensões da vida urbana, seja em relação à renda ou status, como também espacialmente. Assim, vão sendo criadas várias estratégias com o objetivo de demarcar cada vez mais essa distinção, localizando os sujeitos no espaço urbano, de acordo com a classe ou grupo social do qual participa.

A riqueza socialmente produzida vai sendo concentrada em determinados espaço da cidade, de forma que a localização dos benefícios urbanos não se apresenta de maneira uniforme no espaço urbano. Com efeito, estes espaços vão sendo valorizados, fazendo com que boa parte da população não tenha condições de acessar determinados terrenos pela via do mercado. Se a pressão econômica não é suficiente para afastar os pobres urbanos das áreas privilegiadas, as elites lançam mão de outras estratégias. Algumas ocorrem dentro da legalidade do Estado, elaborando leis que lhes favorecem; outras podem ocorrer à revelia, como foi o caso dos incêndios que, passados mais de setenta anos, permanecem um mistério ainda.

Ressalta-se que o Estado não é neutro, sendo permeado pelas correlações de forças existentes na sociedade. Dessa forma, sua intervenção tende a reproduzir as contradições oriundas da própria sociedade que, no caso de Teresina, capital do Piauí, ocorrem desde sua fundação. Assim, as políticas habitacionais promovidas irão promover a exclusão e segregação socioespacial, presentes na sociedade capitalista, não para reduzir as desigualdades sociais existentes.

Por fim, a partir deste caso particular, é importante destacar como a cidade vai circunscrevendo o pobre urbano em determinadas áreas de cidades, independentemente das condições concretas que garantam dignidade ao cidadão, tendo em vista apenas o aumento da valorização do solo urbano. Um desses efeitos perversos é a diminuição da vitalidade nas relações sociais públicas, comuns nas áreas centrais. Este enfraquecimento do contato entre

diferentes amplia cada vez mais o distanciamento simbólico e subjetivo entre eles. Outro aspecto que merece destaque são as diferenças nas condições concretas e materiais para a reprodução da existência na cidade, com desdobramento para o desenvolvimento humano.

Um acesso precário à saúde, educação, infraestrutura urbana, entre outros, restringe as possibilidades de satisfação das necessidades básicas da população e conseqüentemente, do pleno desenvolvimento do sujeito e da cidadania. É preciso, portanto, criar estratégias que reduzam as desigualdades, não somente em termos econômicos e sociais, mas também relacionados à dimensão espacial.

REFERÊNCIAS

ABREU, I. G. **O crescimento da Zona Leste de Teresina: um caso de segregação?** Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 1983.

AFONSO, A. As Políticas Públicas Estaduais de Habitação de Interesse Social em Teresina: a atuação da ADH. In: Afonso, A & Veloso, S (Orgs). **Habitação de Interesse Social em Teresina: algumas reflexões**. Teresina: EDUFPI. 2012.

BRAZ E SILVA, A. M. N. Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império. **Cadernos do PROARQ (UFRJ)**, v. 18, p. 216-236. http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista/public/docs/Proarq18_Planejamento_AngelaSilva.pdf 2012.

BUENO, P. H. C; LIMA, A. J. (Re)estruturação urbana de Teresina (PI): uma análise de suas dinâmicas recentes. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas** 16, (109), 96-118. 2015 <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/1984-8951.2015v16n109p96/pdf>.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito cidade” como horizonte utópico. IN: Vasconcelos, P de A; Corrêa, R. Ç., & Pintaudi, S. M (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial** (pp.95-119) São Paulo: Contexto. (2013).

CARVALHO, D. J. S; FAÇANHA, A. C. O processo de verticalização do bairro Jóquei na cidade de Teresina/PI: formação, agentes e produção do espaço. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v.9, n.1, p.13-24, 2015. <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/201/117>.

CASTRO, E. A. S. Segregação socioespacial, constituição do sujeito e significação do cotidiano. **Psicologia & Sociedade**; v. 24 n.1, p.75-83. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000100009>.

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática. 2002.

CORRÊA, R. L. Segregação Residencial: classes sócias e espaço urbano. IN: Vaconcelos, P de A; Corrêa, R. Ç., & Pintaudi, S. M (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial** (p.39-59). São Paulo: Contexto. 2013.

COSTA, W. O; VIEIRA, N. R. C.; VIANA, B. A. S. Diagnóstico da ação dos agentes produtores do processo de verticalização em Teresina-PI nos últimos quarenta anos a partir da análise de documentos eletrônicos e materiais de publicidade. **Revista Equador (UFPI)**, v. 5, 3 Edição Especial 02, p.220 - 238. 2016. <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/view/5063> .

ESPINDOLA G. M; CARNEIRO, E. L.N. C; FAÇANHA, A. C. (Four decades of urban sprawl and population growth in Teresina, Brazil. **Applied Geography** v.79, p.73-83. 2017. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2016.12.018> .

FAÇANHA, A. C. **A Evolução urbana de Teresina: Agentes, processos e formas espaciais da cidade**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. 1998.

FONTINELES, C. C. S. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. 1. ed. Teresina: EDUFPI. 2015.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec. 1980.

LIMA, A. J **As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos**. Teresina: Halley, 2003.

LIMA, A. J. Políticas Urbanas, governos locais e segregação socioespacial: alcance e limites das novas intervenções públicas. In _____ (Org.). **Cidades brasileiras: atores, processo e gestão pública**. (p.251-282). Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

LIMA, A. J. **Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular**. Teresina: EDUFPI; Recife: BAGAÇO. 2010.

MONTE, R. L. **Vidas incertas: o processo de modernização e segregação urbana de Teresina na década de 1970**. Teresina: IFPI-Campus Teresina Zona Sul. 2017.

NASCIMENTO, F. A. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. 2 ed. Teresina: EDUFPI. 2015.

NASCIMENTO, F. A; MONTE, R. L. (. Olhares da periferia: os migrantes na construção de Teresina na década de 1970. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, 1, (2), 122 – 144. <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1810> . 2009.

NASCIMENTO NETO, J. R. Teresina (Piauí – Brasil) sob contexto de um bairro: expansão, modernização e origem do bairro Macaúba (1939-1957). **História**. UEG -, 4, (1), 148-171. <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/2150>

NEGRI, S. M. **Segregação Sócio-Espacial**: alguns conceitos e análises. Coletâneas do nosso tempo, Rondonópolis - MT, 7, (8), 129 - 153. <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108/99>. 2008.

NOGUEIRA, M. L. M. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. **Fractal: Revista de Psicologia**, 21, (1), 69-86. (2009). <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922009000100006>.

PAGANI, E. B. S.; ALVES, J. M.; CORDEIRO, S. M. A. Segregação socioespacial e especulação imobiliária no espaço urbano **Argumentum**, Vitória (ES), 7, (1), 167-183. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v.7i1.8637>. 2015.

RODRIGUES, E. X., NETO; LIMA, A. J. Padrão de relações entre atores sociais urbanos na gestão da moradia: experiência de Teresina nos anos 1990. In: Lima, A. J. (Org). **Cidades brasileiras**: atores, processo e gestão pública. (p. 229-250). Belo Horizonte: Autentica. 1990.

RODRIGUES, R. S.; VELOSO, F. A, FILHO. Planejamento urbano em Teresina-PI. **Revista Equador**, v. 5, 340-359. <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/view/4977>
SILVA, M.O. DA S. 1989. Política Habitacional no Brasil: verso e reverso. São Paulo: Cortez. (2016).

SILVA, G. C; LOPES, W. G. R; MONTEIRO, M. S. L. Presença de condomínios horizontais e loteamentos fechados nas cidades contemporâneas: expansão e transformações do espaço urbano de TERESINA, PIAUÍ. **Geosul**, Florianópolis, 30, (59), 167-187. 2015. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/31876/30137>.

SILVA, A. S. *et al.* O estudo do processo de verticalização da Zona Leste de Teresina-PI. **Revista Equador (UFPI)**, 2, (2), 173 -188. 2013. <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/view/1483/1167>.

SOUSA, M., NETO. **Nasce um bairro, renasce a esperança, resiste a cidade**: história e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde (Teresina-PI, décadas de 1970 e 1980). (Relatório de Pesquisa Pós-doutoral) Programa de Pós-graduação em História do Brasil, UFPI. 2015.

VASCONCELOS, P. A. **A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração**. **Cidades**. 1, (2), 259-274. 2004. <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/478/508>.

VIANA, B. A. S. O sentido da cidade: entre a evolução urbana e o processo de verticalização. **Carta CEPRO**, Teresina - PI, 23, (1), 66-75. 2005. http://www.cepro.pi.gov.br/download/200806/CEPRO04_7f55491295.pdf.

VIEIRA, A. B; MELAZZO, E. S. **Introdução ao conceito de segregação socioespacial**. **Formação (Presidente Prudente)**, 1, (10), 161-173. 2003. <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1118/1123>.

VILHENA, G. H. R. **Os fazedores de cidade**: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852). Tese de doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. 2016.

NOTAS DE RODAPÉ

1. A Vila do Poti, área próxima a região que seria erguida a cidade de Teresina, caracterizava-se como povoado em localidade de áreas inundáveis, e que por isso os moradores seriam deslocados de lá para a construção da capital. Posteriormente, foi transformada em bairro da cidade devido ao crescimento urbano.

2. As casas de pau-a-pique com cobertura de palha foram construções bastante utilizadas no período, independentemente da classe social, com o objetivo de amenizar o clima da casa. Afonso (2012) ressalta que o fato de Teresina encontrar-se numa região conhecida como Mata de Cocais, com predomínio de palmeiras de carnaúba e babaçu tem influenciado na tipologia arquitetônica destas moradias.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

LOPES, L. G. R; MACEDO, J. P. S. Pobres Urbanos na Cidade sob o Signo da Segregação Socioespacial. **Rev. FSA**, Teresina, v.15, n.5, art. 8, p. 147-168, set./out. 2018.

Contribuição dos Autores	L. G. R. Lopes	J. P. S. Macedo
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X